



Márcio Kallume

## Reformas saem até o fim do ano, afirma Sarney

Comissão de Justiça deve votar na quarta destaques ao relatório sobre a tributária

O presidente do Senado, José Sarney, acredita que as reformas tributária e da Previdência serão votadas ainda este ano. “Essas reformas não são deste governo, não são de políticos, nem de partidos, mas uma necessidade para que o país retome o desenvolvimento”, disse. Na quarta-feira, a Comissão de Justiça deverá votar os destaques ao relatório do senador Romero Jucá sobre a reforma tributária. No dia 11, termina o prazo para apresentação de emendas de conteúdo à reforma previdenciária.

Páginas 3 e 4

**CRENÇA** Sarney (com Lula) diz que reformas asseguram retomada do desenvolvimento

## Capiberibe defende controle social do Orçamento

“Como é possível planejar o país se o Orçamento é uma ficção?”, perguntou o senador João Capiberibe, em pronunciamento no Plenário, sexta-feira. Capiberibe pediu controle social e transparência do Orçamento, cuja lei, segundo ele, deve tornar-se impositiva.

Página 5

*Cidadania analisa a qualidade da programação de TV*

Página 8



José Cruz

**A** presidente da Finlândia, Tarja Halonen, visitou o Congresso na sexta-feira. Ela esteve com o presidente do Senado, José Sarney, que pediu a ampliação dos investimentos finlandeses no Brasil, “um dos mercados mais promissores do mundo”.

Página 7



CONGRESSO  
NACIONAL  
180 ANOS

## Teleconferência sobre o direito dos idosos

A Vice-Presidência do Senado Federal promoveu na sexta-feira a primeira teleconferência que abordou os direitos da terceira idade e os caminhos a serem percorridos para que o Estatuto do Idoso, recentemente sancionado pelo presidente da República, seja aplicado na sua integralidade e que possa ser, de fato, um instrumento de defesa de mais de 20 milhões de brasileiros que hoje têm mais de 60 anos.

Realizada por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da Casa, a teleconferência reuniu cerca de 220 representantes de entidades ligadas aos idosos espalhadas por 23 estados, entre as quais a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e o Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas. O núcleo central da teleconferência foi instalado no Auditório do Interlegis.

### Debates

Durante três horas, Paim, autor do projeto que criou o Estatuto do Idoso, e o relator do projeto na Comissão Especial do Idoso, deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG), tiraram as dúvidas dos participantes sobre dispositivos contidos nos 118 artigos que compõem o diploma legal.

O senador voltou a defender o fortalecimento da Conselho Nacional do Idoso, para que a legislação seja aplicada em sua plenitude. Ele também propôs a realização de uma ampla campanha para difundir o Estatuto do Idoso, a começar pela impressão de cerca de 20 milhões de exemplares da lei, a ser feita por sindicatos e entidades ligadas aos idosos.

# Agenda

## Exploração de jazidas em discussão

O Plenário discute hoje, às 14h30, em primeiro turno, duas propostas de emenda constitucional. A primeira (PEC nº 11/99) prevê que concessões para exploração de jazidas minerais serão por tempo determinado e não poderão ser transferidas sem autorização; e a segunda (PEC nº 11/01) permite ao Supremo Tribunal Federal delegar a juízos federais de 1ª Instância a homologação de sentença de divórcio.



## Conselho de Comunicação debate concentração da mídia

O Conselho de Comunicação Social reúne-se hoje, às 12h, para discutir a concentração na mídia, com a consultora legislativa Ana Luíza Fleck Saibro. Serão apresentados ainda relatórios dos conselheiros sobre o projeto (PLS nº

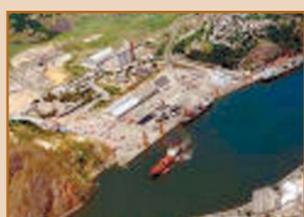


109/95) que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com apresentação de medidas para a solução dos problemas do setor.

## Paim recebe Comenda Alberto Pasqualini

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim, recebe hoje, às 10h30, a Comenda Alberto Pasqualini, em função dos relevantes serviços prestados por ele à comunidade de Bagé (RS). Às

11h, Paim recebe o gerente parlamentar da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Íris Mendes, acompanhado de representantes das cooperativas de trabalhadores do Rio de Janeiro.



## Acesso a porto no Espírito Santo

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) vota amanhã, às 14h30, projeto que dispõe sobre o acesso ao cais de Capuaba, no Espírito Santo (PLS nº 236/03), e proposta que inclui estrada de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262 (ES) na

Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação (PLS nº 239/02). A comissão vota ainda proposta sobre universalização dos serviços públicos de energia elétrica (PLS nº 224/03).

## Comissão de Educação vota emendas à reforma tributária

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), discute e vota amanhã, em reunião marcada para as 11h, emendas à reforma tributária (PEC nº 74/03). As propos-

tas foram elaboradas após uma série de debates promovidos pela comissão para discutir os eventuais efeitos da reforma nas áreas de competência do colegiado.



## Planos de saúde na CAE

Amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá reunião às 10h para votar projeto que dispõe sobre remoção de órgão para transplante e que trata de planos privados de assistência à saúde (PLS nº 142/00). O colegiado vota ainda medida que cria programa de renda mínima nas regiões afetadas pela seca (PLS nº 84/00).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**CRIME** Comissão, presidida por Patrícia, identifica redes de exploração de menores no RS

## CPI ouve 18 relatos de abuso sexual

Numa maratona que começou às 10h de quinta-feira e terminou às 5h de sexta-feira, deputados e senadores da CPI que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país ouviram 18 pessoas, numa das salas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Ouvidos separadamente, os depoentes descreveram histórias parecidas, relatadas à presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), à relatora, deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), e às deputadas Ann Pontes (PMDB-PA) e Sandra Rosado (PMDB-RN).

São testemunhos de que meninas de 13 e 14 anos foram aliciadas na periferia do município gaúcho de Soledade por uma rede criminosa comandada por dois empresários da região. As adolescentes acabavam sendo prostituídas, vítimas de pessoas que vão a Soledade comprar pedras semipreciosas. A idéia das deputadas e senadoras é convocar os empresários a virem a Brasília prestar depoimento à CPI e, segundo a relatora Maria do Rosário, os dois deverão ser indiciados.

### Taxistas

A comissão também investigou em Porto Alegre a participação de motoristas de táxi em uma rede de exploração sexual infantil na capital gaúcha. Um dos taxistas, que está preso, foi ouvido pelas parlamentares. Essa rede foi descoberta pela polícia no início do ano e também envolve hotéis e motéis da cidade. Ainda no Rio Grande do Sul, a CPI investigou casos de tráfico e assassinato de menores e de falsificação de documentos em Passo Fundo e Uruguaiana, na fronteira com a Argentina.

Waldemar Rodrigues



**PAUTA** Eduardo Suplicy é autor de uma das PECs discutidas pelo Plenário

## Sessão de sexta-feira foi deliberativa

Na primeira sessão deliberativa realizada em uma sexta-feira desde que líderes decidiram que todas as sessões até o fim do ano terão pauta, o Plenário do Senado deu andamento à discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 64/99, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que determina a presença do presidente da República no Congresso na abertura do ano legislativo.

A proposta teve seu primeiro dia de discussão, em primeiro turno, e, caso não sejam apresentadas emendas em Plenário, a matéria estará pronta para votação na quinta-feira.

De acordo com a proposta, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos o presidente faria análise da situação política e econômica do país e, em seguida, a palavra seria franqueada aos líderes dos partidos na Câmara e no Senado.

O Senado também realizou sexta-feira a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/00, que institui direitos especiais para os maiores de 65 anos.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu verificação de quórum e a suspensão da análise da pauta, argumentando que a discussão faria parte da deliberação. Ele esclareceu que o PSDB não concordou com a realização de sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras.

Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) deu prosseguimento à ordem do dia. Segundo o Regimento Interno, uma sessão pode ser aberta com a presença de um vigésimo da composição do Senado. Não havendo quórum para deliberação, explicou o senador, passa-se à discussão das matérias.

## REFORMAS

Para Sarney, mudanças ajudarão retomada do crescimento. Destaques à tributária começam a ser votados. E emendas à Previdência serão apresentadas

# Propostas serão votadas ainda este ano, afirma José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a afirmar que as reformas enviadas ao Congresso pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva serão votadas ainda este ano, até porque, disse, são necessárias para que o Brasil retome o crescimento econômico.

– Partilho da convicção de todos, não somente dos partidos, como de todo o povo brasileiro, de que as reformas serão aprovadas até o final do ano. Essas reformas não são deste governo, não são de políticos, nem de partidos, mas uma necessidade para que o país retome o desenvolvimento.

Sarney afirmou que a realização de sessões deliberativas no Plenário às segundas e sextas-feiras se justifica. “Temos que chegar ao fim do ano com aquela eficiência que o Senado sempre teve, de terminar o ano com a pauta totalmente votada”.

### Homenagem

Indagado sobre a hipótese de



**CELEBRAÇÃO** Sarney, ao lado de Roseana, recebe Lula no jantar que ofereceu em homenagem aos 25 anos de pontificado de João Paulo II

o jantar oferecido na noite de quinta-feira à cúpula da Igreja Católica ser visto como o estabelecimento de um canal de comunicação entre clero e governo, Sarney respondeu negativamente. “Estamos apenas fazendo o que o mundo inteiro está fazendo. O Parlamento está homenageando os 25 anos de pontificado de João Paulo II, que é sem dúvida uma figura

que dominou o século passado e até hoje permanece como a grande liderança moral da Humanidade.”

Um dos participantes do jantar oferecido na residência oficial do presidente do Senado foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estiveram também o núncio apostólico dom Lorenzo Baldisseri e cinco dos oito cardeais brasileiros, além

do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella; o secretário-geral da entidade, dom Odilo Pedro Scherer; o presidente da Comissão Episcopal para o Mutirão de Superação da Fome, dom Luciano Mendes de Almeida; e vários outros bispos, senadores e deputados. O jantar celebrou os 25 anos do pontificado do papa João Paulo II.

Acompanhado de dona Marly e da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), o presidente do Senado brindou os convidados com uma apresentação do grupo folclórico maranhense “Boi Barrica”. Vestindo roupas coloridas, os 38 integrantes do grupo executaram a “Natalina da Paixão”, auto de Natal estilizado conforme ritmos nordestinos.

Era quase meia-noite quando o presidente da República, acompanhado de dona Marisa Letícia, chegou. Ele pediu desculpas pelo atraso de quase três horas e ouviu animado o auto de Natal. Lula posou para fotos e arriscou-se a tocar tambor e pandeiro.

## CCJ examina na quarta destaques à tributária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar quarta-feira os destaques ao relatório apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) à reforma tributária. Parte das emendas consta dos relatórios alternativos apresentados pelo PFL e PSDB. A Comissão de



**Romero Jucá** apresentou parecer à proposta que está sendo debatida

Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática também farão sugestões.

Uma das emendas propõe a correção anual da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Outra estabelece que a car-

ga tributária não poderá ultrapassar 35% do Produto Interno Bruto (PIB). A que deve render mais debate determina o repasse diretamente aos governadores das verbas do Fundo de Desenvolvimento Regional. Jucá manteve a proposta de repassar o dinheiro aos bancos para que emprestem a em-

presas interessadas em investir nas regiões mais pobres.

A Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática reúnem-se extraordinariamente amanhã, às 11h, para definir as emendas que apresentarão.

## Prazo para emendas à Previdência vai até dia 11

A última possibilidade de apresentação de emendas de conteúdo à reforma da Previdência, no Senado, será em 11 de novembro, uma terça-feira, conforme comunicado da Mesa ao Plenário. Mais tarde, já na votação de segundo turno, poderão ser oferecidas apenas emendas de redação. Até quinta-feira, os senadores já haviam apresentado 181 emendas de Plenário.

A reforma terá amanhã o segundo dia de discussão em Plenário. Haverá, em seguida, mais três sessões de discussão. A matéria retornará no final do dia 11 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame e votação das emendas de Plenário. Regimentalmente, a CCJ tem até 30 dias para essa fase, mas o relator da refor-

ma previdenciária, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que poderá apresentar seu parecer sobre as emendas já no dia 12.

### Oposição

Os partidos de oposição pretendem pedir vista do parecer de Tião Viana assim que ele for lido. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), poderá conceder prazo para vista coletiva de no mínimo duas horas ou até de alguns dias.

Após esse prazo, os senadores que tiverem suas emendas rejeitadas poderão pedir sua votação em separado. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), acredita que haverá necessidade de pelo menos duas reuniões da CCJ para votar as emendas de Plenário.

**REFORMAS** Paulo Paim questiona sistemática de tramitação das reformas. Augusto Botelho critica aumento de impostos e cobra o reajuste da tabela de Imposto de Renda. Delcídio Amaral aponta perdas para o Centro-Oeste

## Augusto quer correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu em Plenário, na sexta-feira, que o governo corrija a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Ele disse que a correção é uma "obrigação" a ser cumprida pelos que hoje comandam a nação.

– Agir de outro modo é continuar a esbulhar o povo e aprofundar a concentração de renda e injustiça social que sufoca o Brasil – afirmou.

O senador salientou que o governo brasileiro vem histórica e gradativamente aumentando os impostos e que essa atitude nunca se refletiu numa verdadeira política de valorização da cidadania, nem da inclusão na sociedade. A tributação nacional, destacou August-

to, subiu de 20% para 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos dez anos.

Ele observou que o Imposto de Renda vem sendo, nos últimos anos, uma das maiores fontes de arrecadação do governo e que, além de esse imposto não ter sua tabela reajustada, o governo prorrogou a permanência da alíquota máxima de 27,5% para o próximo ano. "Como sempre, quem paga é o cidadão comum, que não tem como se defender".

O senador lembrou que a isenção de desconto na fonte passou de R\$ 900, em janeiro de 1996, para R\$ 1.058 até este ano. Um reajuste de 17,6% em oito anos, ressaltou, ao mesmo tempo em que a moeda se des-



José Cruz

**INJUSTIÇA** Augusto Botelho diz que aumento da tributação não gerou inclusão social

valorizou no mesmo período em 60%. "Tal diferença traduz um real confisco de renda dos trabalhadores", avaliou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a abordagem de Augusto sobre o tema traz uma visão socioeconômica da questão e que não é mais possível haver decisões unilaterais de aumento de impostos por parte do governo.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o país é muito rico e muito injusto e que bastaria cobrar mais impostos dos 20% mais ricos.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observou que os assalariados são os únicos efetivamente tributados no país. Ele pediu apoio dos senadores a projeto de sua autoria que corrige a tabela do Imposto de Renda pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



Célio Azevedo

**INCÔMODO** Paim adverte que Senado "fica em situação muito complicada"

### Paim aponta incoerência na votação

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que vai encaminhar à Comissão Diretora do Senado questão de ordem para esclarecer a forma de tramitação das propostas de emenda à Constituição (PECs), por considerar que as formas como estão sendo conduzidas as reformas tributária e da Previdência no Senado são incoerentes.

Ele afirmou que aceitou o argumento de que haveria a necessidade de apresentação de uma PEC paralela à da reforma da Previdência (nº 67/03), por não haver a possibilidade de promulgação "fatiada", ou seja, em partes, dessa proposta. Porém, o senador se disse surpreendido com as notícias de que PEC da reforma tributária (nº 77/03) deve ser promulgada de forma fatiada, já que partes dela seriam autônomas.

– Vou encaminhar por escrito essa consulta: ou as duas serão promulgadas de forma fatiada, ou as duas terão uma emenda paralela. Essa incoerência nos deixa em situação muito complicada perante a sociedade. Ou se pode fatiar ou não se pode; ou as duas têm que ser paralelas – reafirmou.

Na presidência da sessão, o 2º vice-presidente do Senado, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), informou que a Mesa aguarda o encaminhamento formal da questão de ordem apresentada por Paim.

Paim assinalou que tem várias emendas supressivas à reforma da Previdência, contra as quais se argumenta que seriam de mérito. Desse modo, poderiam significar um fatiamento. Contraditoriamente, com relação à reforma tributária estariam aceitando até emendas de redação, que retornariam à Câmara dos Deputados, na expectativa de promulgar só o que interessa no momento.

## Delcídio vê prejuízos para o Centro-Oeste

A proposta de reforma tributária não reverte a concentração de renda nas regiões mais ricas do país, afirmou Delcídio Amaral (PT-MS). Ao contrário, observou, agrava as desigualdades regionais e prejudica "sensivelmente" o Centro-Oeste. O senador informou que a bancada da sua região estará amanhã com o relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), para discutir alguns pontos da reforma que, a seu ver, impõem perdas à região.

Delcídio destacou que a sua região não é a favor de benefícios fiscais concedidos de forma "indiscriminada e autofágica". Alertou, porém, que a simples vedação aos programas de incentivos irá "condenar o Centro-Oeste à estagnação econômica".

O Fundo de Desenvolvimento Regional, como está concebido na reforma, além de recursos insuficientes, foi descaracterizado, na sua opinião, com a inclusão de estados do Sudeste.

– Essa situação pode ser agravada com a emenda apresentada pelo relator. O seu parecer mantém os incentivos e benefícios fiscais concedidos entre 1º de maio e 30 de setembro,



José Cruz

**ALERTA** Para Delcídio Amaral, reforma "condena o Centro-Oeste à estagnação"

sujeitando sua reativação à deliberação do Senado – afirmou.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) argumentou que o relator já aceitou mudar esse ponto. Mas Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou que se trata apenas de uma promessa.

Delcídio apontou outros pontos que, a seu ver, prejudicam o Centro-Oeste. O principal seria a redução da carga tributária sobre gêneros alimentícios, que, apesar de ser uma medida justa, imporá um pesado ônus sobre a região. Só os produtos do complexo soja, exemplificou, representam 30% da arrecadação dos estados. Ele criticou ainda os critérios de rateio entre os estados para o repasse dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

## Ramez Tebet cobra verbas para rodovias da região

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) informou na sexta-feira, em Plenário, que fez um apelo ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), para recompor verbas orçadas para importantes rodovias da Região Centro-Oeste, como a BR-158 e a BR-359. Ramez Tebet assinalou, durante aparte ao pronunciamento do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que foram retirados cerca de R\$ 31 milhões dessas obras, dos quais R\$ 28 milhões foram remanejados para outros estados.

Uma dessas rodovias, a BR-158, contará com uma emenda ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007, como forma de garantir prioridade nos investimentos, conforme informou Serys Shlessarenko (PT-MT). A senadora, também em aparte, pediu apoio dos parlamentares do Centro-Oeste a essa emenda. Ramez Tebet acrescentou que a bancada da região apresentou 32 emendas à reforma tributária, para tentar evitar prejuízos ao Centro-Oeste.

### Injustiça

O senador Gerson Camata (sem partido-ES), também em

aparte a Delcídio, pediu para incluir o Espírito Santo entre os estados que são discriminados nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E informou que 18 dos 30 municípios do norte do estado enfrentam a pior seca dos últimos anos, sem ajuda federal.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que as regiões menos favorecidas do país – o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste – "não conhecem o caminho das pedras para obter mais recursos do BNDES". Segundo Delcídio, 78% dos R\$ 37,4 bilhões aplicados pelo BNDES em 2002 foram para o Sul e o Sudeste.



Rosenvelt Pinheiro

**SEM RECURSOS** Ramez Tebet diz que estradas da região perderam R\$ 31 milhões

## Antero: governo "partidariza" o BNDES

A proposta da direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de transformar 145 cargos de direção privativos de funcionários de carreira em funções de livre nomeação fez com que o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) denunciase na sexta-feira, em Plenário, o que chamou de "partidarização" da instituição.

– É dessa forma que o presidente Lula quer gerar os 10 milhões de empregos prometidos durante a campanha eleitoral. Emprego para os filiados do PT que contribuem para a caixa do partido – lamentou.

Antero ressaltou ainda que, até o final de 2002, a presidência do BNDES tinha dez cargos de assessor, número que cresceu para 33 neste ano.

– Mais uma vez verificamos que Lula está mesmo criando empregos para apadrinhados.



Célio Azevedo

**RECORDE** Valmir Amaral aplaude superávit da balança comercial

## Valmir Amaral destaca aumento das exportações

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou o recorde histórico de US\$ 22,911 bilhões da balança comercial brasileira entre setembro de 2002 e setembro de 2003. Somente em setembro deste ano, o superávit foi de US\$ 2,67 bilhões, praticamente igualando outro volume inédito, obtido em agosto: US\$ 2,674 bilhões.

Valmir Amaral afirmou que o Brasil deverá estar entre os cinco países que mais aumentaram suas exportações em 2003. De janeiro a setembro, o país terá exportado 23% a mais do que no mesmo período de 2002. A queda de 4% nas importações também ajudou na formação do superávit recorde.

Segundo o senador, "mesmo com a retomada do crescimento interno, será possível manter o ritmo das exportações".

## Comissão decide se convoca ministros

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou reunião para a tarde de amanhã destinada à votação de dezenas de requerimentos, seis deles destinados a convocar ministros do governo para esclarecimentos de assuntos ligados às suas pastas ou de apresentação de projetos. Também será votado

projeto que abre crédito de R\$ 17 milhões para a Justiça Federal. Os requerimentos de esclarecimentos foram apresentados por deputados da oposição, enquanto o requerimento para apresentação de projeto é de autoria de um senador do PT. O PSDB e o PFL querem ouvir os ministros da Saúde, da Educação,

dos Transportes e da Fazenda sobre a aplicação de verbas em suas áreas e o elevado lucro dos bancos nos primeiros três meses deste ano. Já o PT quer a presença do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, para falar dos fóruns destinados a estimular a participação de governos e entidades na elaboração do Plano Plurianual 2004/2007.

José Cruz



**AGENDA** Gilberto Mestrinho convocou reunião para analisar requerimentos

# Capiberibe pede controle social e transparência do Orçamento

■ "Vamos avançar nessa direção para que a democracia seja de fato ampla e possa incluir a todos"

Por considerar que o orçamento público é um dos principais instrumentos da política, o senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu na sexta-feira, em Plenário, a tese de que a lei orçamentária passe a ser impositiva e que sejam implementados instrumentos que permitam o controle social e a transparência das receitas e dos gastos públicos.

Na sua opinião, atualmente, o orçamento é uma peça de ficção, já que o Executivo tem liberdade para movimentar apenas 10% dos recursos públicos. Além disso, continuou, a meta de superávit primário e os artifícios que possibilitam que o governo faça caixa para honrar



Célio Azevedo

**EXPERIÊNCIA** Capiberibe lembra que o Amapá foi o primeiro a divulgar gastos pela Internet

os compromissos financeiros do país acentuam a impossibilidade de que haja organização nas contas públicas.

– Como é possível planejar um país se o orçamento é uma ficção? Se o que discutimos e votamos aqui não se realiza nem mesmo na parte de investimentos? É melhor que faça-

mos um orçamento verdadeiro – declarou o senador, apresentando dados que demonstram que somente uma pequena parcela dos recursos previstos para investimentos desde 1999 foi efetivamente paga.

Sem a segurança de que o que está previsto no orçamento será executado, Capiberibe avalia que a desorganização leve a gastos feitos de maneira desordenada. Somente no que diz respeito à rubrica "Restos a Pagar", o senador informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu compromissos da ordem de R\$ 13,6 bilhões, montante superior ao que está previsto em rubricas de investimentos neste ano.

Sobre as emendas parlamentares, que neste ano passaram a ter direito a apontar gastos de R\$ 2,5 milhões, o senador disse que preferiria ter a possibilidade de indicar apenas um quinto desse valor, mas com garantia de que ele fosse

executado a partir de janeiro.

Capiberibe defendeu a aprovação de proposta que está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tornando obrigatória a divulgação diária, pela Internet, de todos os gastos e receitas públicos de todos os entes da União, dos estados e dos municípios.

O senador afirmou que o Amapá foi pioneiro na divulgação dos empenhos, com os valores e beneficiários dos gastos. A experiência, informou, também é praticada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

– Cada gestor deve abrir suas despesas e receitas para que o cidadão possa, de fato, acompanhar e fazer com que o orçamento seja uma peça respeitada neste país. Vamos avançar nessa direção para que a democracia seja de fato ampla e possa incluir a todos, com o controle do cidadão sobre o orçamento público – declarou.

## João Ribeiro elogia Ciro por liberar verbas para barragem no Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) elogiou na sexta-feira a atuação do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que esteve no Tocantins para anunciar a liberação de R\$ 10 milhões para a construção da Barragem Manoel Alves, no município de Dianópolis, na região sudeste do estado. Segundo ele, a barragem vai permitir a instalação de projetos de fruticultura na região, muito importantes para a geração de emprego e renda.

– Gostaria de registrar a satisfação da bancada com o com-

portamento ético e correto do ministro Ciro Gomes – disse João Ribeiro, registrando que o ministro foi recebido em seu estado pelo governador Marcelo Miranda (PSDB) e pelo ex-governador Siqueira Campos, entre outras autoridades. Na ocasião, o senador disse que pôde constatar que Ciro Gomes "é popular e se preocupa com o cidadão comum".

Os projetos de fruticultura, declarou João Ribeiro, são imprescindíveis para aquela região do estado e serão capazes de contemplar um dos pontos

que considera mais importantes de sua atuação política e de sua campanha eleitoral, que é a criação de empregos para a população do seu estado. Os projetos, informou, já obtiveram licença ambiental.

O senador considera que a ação em conjunto do estado com o Ministério da Integração Nacional marca o início da parceria do Tocantins com o governo federal.

– Haverá críticas quando for necessário. Mas é preciso elogiar aquilo que está sendo feito por este governo. Ciro de-



**EXEMPLO** João Ribeiro sugere que ministros observem o trabalho de Ciro Gomes

monstrou ser operoso na execução das funções de sua pasta. É leal e tem cumprido compromissos com o povo tocan-tinense – declarou, sugerindo que outros ministérios tomem Ciro Gomes como exemplo.



José Cruz

**EQUIVOCO** Serys afirma que documento apresenta diversas inconsistências

## Serys critica relatório do PFL sobre Lula

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez duras críticas a relatório do PFL sobre os dez primeiros meses do governo Lula. Ela afirmou que o documento apresenta diversas inconsistências, principalmente no que diz respeito aos dados da execução orçamentária de 2003. Segundo a senadora, o PFL compara os níveis de gastos com custeio e com investimento dos ministérios, levando a conclusões equivocadas.

– Os ministérios da área social executam quase que exclusivamente gastos de custeio, como merenda escolar, Fundef, livros didáticos, remédios contra Aids e outros. No conceito orçamentário, investimento está associado a um projeto ou obra, o que não é o caso dos ministérios sociais ou dos ministérios do Planejamento ou da Fazenda – explicou.

A senadora também questionou os dados apresentados pelo PFL a respeito dos gastos do Ministério da Fazenda. O relatório indica despesas de R\$ 948,9 bilhões, mas, segundo Serys, esta cifra inclui o que foi pago com a dívida pública e com as transferências constitucionais a estados e municípios.

– Os gastos, se apresentados corretamente, corresponderiam a R\$ 5,6 bilhões – frisou, apresentando ainda um erro na análise da execução do Ministério dos Transportes de mais de 100%.

# Só o diálogo garante um bom governo, diz Eduardo

■ Para senador, Lula saberá dissolver o mal-estar que criou ao fazer acusações a ex-presidentes

A propósito das palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chamando de "covardes" ex-presidentes que não resolveram o problema da seca no Brasil, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou sexta-feira, em Plenário, que o presidente da República saberá encontrar "as palavras certas" para dissolver o mal-estar que se criou.

Eduardo lembrou que também o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, fez críticas áspers ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mais tarde, porém, se explicou, dizendo não ter tido a intenção de ofender FHC e reconhecendo ter havido um certo exage-



José Cruz

**AJUDA** Eduardo avalia que o Planalto precisa da oposição para aprovar as reformas

ro nas palavras.

Para Eduardo, não existe outra forma de governar um país plural como o Brasil a não ser com diálogo franco e respeitoso. Conforme o senador, o governo está muito satisfeito com a "aprovação iminente" das reformas constitucionais, mas precisa reconhecer que isso so-

mente será possível por meio da ampla participação dos partidos de oposição, em especial o PSDB e o PFL.

O senador afirmou que o PSDB continuará a fazer oposição dura ao governo, mas sempre de maneira construtiva e respeitosa. Esse é, a seu ver, "o caminho a ser trilhado pelo bem do Brasil".

– O PSDB não deseja que o governo do PT vá mal para posteriormente ganhar as eleições. Ao contrário, queremos que o Brasil vá bem, porque desejamos, em primeiro lugar, o bem-estar e o progresso da população – afirmou.

Segundo Eduardo, o ex-presidente Fernando Henrique é figura respeitada e reconhecida internacionalmente. Seu governo pode ser analisado e criticado, afirmou, mas não é possível, a seu ver, atacar a "figura de magistrado que sempre agiu com grandeza durante oito anos de mandato".



Célio Azevedo

**PREOCUPAÇÃO** "Política brasileira merece nível melhor", adverte Antero Paes de Barros

## Antero condena Lula por atacar ex-presidentes

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou-se na sexta-feira preocupado com a manutenção do nível de debate político no país. Para ele, não é positivo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveite uma inauguração na Paraíba para chamar "de covardes os ex-presidentes da República", por não terem resolvido o problema da seca no Nordeste. "A política brasileira merece um nível melhor", observou.

Antero louvou a atitude ativa do presidente do Senado, José Sarney, ao dizer que "não iria vestir essa carapuça". Ele recordou que Itamar Franco afirmou, em Roma, que esse tipo de crítica não poderia ser feita genericamente, sem citar nomes. Antero citou ainda a "elegância" do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao observar que Lula, um dia, também será um ex-presidente, almejando que ele possa ser lembrado por alguma realização. Para o senador, o PT parece estar confundindo coragem com covardia.

– Será coragem prometer gerar 10 milhões de empregos em quatro anos e agora, quase um ano depois, gerar mais um milhão de desempregados? Será coragem anunciar um programa mirabolante de governo e, até agora, ter se limitado a seguir a agenda vencida da administração anterior do PSDB? – questionou.

## Alvaro: declaração mostra autoritarismo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o que chamou de "a última grande tirada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva", para quem ex-presidentes seriam covardes, por não haverem resolvido problemas do Nordeste.

– O mínimo que se deve exigir de Lula é que nomeie os ex-presidentes que, de forma desrespeitosa, define como covardes e nocivos aos interesses e ao progresso do país. Segundo Lula, a covardia desses ex-presidentes é responsável pela situação econômica e social debilitada do Brasil.

Alvaro afirmou que existe um "viés autoritário inegável" na declaração de improviso do presidente, "combinada com irreverência e talvez irrespon-



Célio Azevedo

**RESPONSABILIDADE** Lula deve nomear os presidentes que chamou de covardes, diz Alvaro

sabilidade". Para o senador, o autoritarismo desponta de forma surpreendente em vários momentos do atual governo.

– Agora o país sabe de uma rede de espionagem, o esquadrão de petistas, que na campanha eleitoral procurava investigar os adversários de Lula

– ressaltou o senador. Para ele, a sociedade merece explicações sobre essa "rede de espionagem".

### Promessas

Alvaro ressaltou que o governo até agora não cumpriu promessas de campanha, como a criação de 10 milhões de empregos. Na verdade, destacou o senador, houve aumento do desemprego e queda do poder de compra da população. O que realmente mudou, a seu ver, foi a postura do PT. "Mas não mudou para melhor: mudou para a frustração, para arrependimento e decepção."

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o respeito pelos que o antecessor pode alçar um governante à história.

## Para Valadares, Brasil deve negociar Alca de "cabeça erguida"

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o Brasil precisa negociar sua entrada na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) de "cabeça erguida", sem aceitar imposições.

– Os Estados Unidos adotam a posição de que ou o Brasil aceita propostas deles ou não entra na Al-

ca. É mais razoável dizer que a Alca não sobreviva sem um país do porte do Brasil, mas certamente o Brasil sobreviverá sem a Alca.

Para Valadares, se os Estados Unidos ignorarem os interesses de outros países e investirem apenas nos próprios, a Alca será somente um projeto. Ele lembrou, porém, que

não podem ser ignoradas as diferenças entre as nações. Os Estados Unidos, recordou, são mais fortes economicamente e têm opiniões decisivas no Fundo Monetário Internacional (FMI), que exerce grande influência na América Latina.

– Os Estados Unidos apresentam uma política de rolo compressor nas

negociações. Pontos como propriedade intelectual e liberalização financeira, de interesse dos EUA, estão na agenda. Já os assuntos de interesse da América Latina, como leis antidumping, agricultura e livre circulação de trabalhadores, estão sumariamente fora da agenda – destacou.



Roosevelt Pinheiro

## Brasil está aberto ao capital estrangeiro, afirma Sarney

Ao receber na sexta-feira a presidente da Finlândia, Tarja Halonen, o presidente do Senado, José Sarney, disse que não há exemplo de empresa estrangeira que tenha perdido dinheiro investindo no Brasil. Ele afirmou que o país está aberto ao capital estrangeiro e pediu que a Finlândia amplie seus investimentos aqui.

Sarney falou dos esforços para solidificar o Mercosul e para estreitar os laços com a União Europeia. Também defendeu a redução do protecionismo dos países ricos, aplicado principalmente na agricultura.

Já Tarja Halonen disse que a

Finlândia é um país pequeno, de cinco milhões de habitantes e extremamente preocupado em promover um desenvolvimento auto-sustentado. Ela se referiu a um acordo existente no país para a proteção de investimentos de empresas finlandesas e pediu que o Legislativo brasileiro se empenhe em facilitar a entrada de empreendimentos daqui em seu país.

Sarney também recebeu o secretário-geral da Frente para a Libertação de Moçambique (Frelimo), Armando Emilio Guebusa. Ele comunicou a Sarney que irá disputar a eleição presidencial daquele país.



**DIÁLOGO** Lúcia Vânia trocou informações sobre projetos sociais com Pentti Arajärvi, marido da presidente da república finlandesa

## Lúcia Vânia recebe comitiva da Finlândia

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), recebeu a visita de Pentti Arajärvi, marido da presidente da República da Finlândia, Tarja Halonen, que estava acompanhado da embaixatriz Paulo Uusi-Videnoja e de parlamentares de seu país. Pentti Arajärvi quis conhecer a CAS porque foi várias vezes secretário da Comissão de Assuntos Sociais e Saúde do Parlamento

finlandês. A própria presidente Tarja Halonen foi ministra da Saúde e Temas Sociais.

A senadora Lúcia Vânia e Arajärvi trocaram informações sobre os parlamentos e sobre a ação social. O finlandês impressionou a senadora ao revelar que 75% da população finlandesa conclui a universidade, e que não há analfabetismo em seu país. Lúcia Vânia disse que um índice como esse ainda é um sonho distante no Brasil.



José Cruz

## Mão Santa apela por ajuda à população afetada pela seca

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou na sexta-feira, em Plenário, apelo para que o governo federal reestude a ajuda que pretende dar aos brasileiros que lutam contra a seca no Nordeste. Ele observou que a estiagem assola o semi-árido do Piauí e que

cerca de 35 municípios aguardam providências do Ministério da Integração Regional.

– Até o município de Acauã, no Piauí, onde o governo fez *marketing* com o programa Fome Zero, passa por extremas dificuldades. O povo está morrendo – afirmou.

O senador lamentou que a Defesa Civil não esteja devidamente aparelhada para combater o problema no Nordeste. Mão Santa pediu que a recém-criada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) seja mais atuante. A falta de ação da Sudene, para o

senador, aprofunda as dificuldades que o Nordeste enfrenta com a atual estiagem.

Mão Santa lembrou que mesmo a terra do presidente Lula, Caetés (PE), não tem água. O senador pediu que o presidente “seja como José do Egito: reconheça sua origem e seu povo”.

# Maguito defende apoio às ações de combate à fome

■ Senador conclama governadores a atuar nas atividades do programa Fome Zero nos estados

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) conclamou na sexta-feira os governadores a se engajar no programa Fome Zero com ações específicas em seus estados, como pretende o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E manifestou seu apoio “incondicional” às ações propostas pelo presidente da República no combate à fome e à miséria, que devem envolver também os prefeitos.

– Se, por um lado, o governo e o Congresso trabalham para construir condições para a retomada do crescimento do país, por outro, o governo precisa agir na emergência, socorrendo aqueles que não têm como esperar. A fome não espera medidas estruturais, ela mata. O Congresso e os gover-



Marcos Kollme

**AVANÇO** Unificação dos programas de transferência de renda foi elogiada por Maguito

nadores têm a obrigação de se unir a esse esforço nacional – sustentou.

Maguito rebateu a crítica de Antônio Ermírio de Moraes ao Fome Zero, dizendo que, apesar de admirá-lo, acredita que o empresário errou na sua avaliação. “O Brasil precisa gerar empregos sim, como defende o empresário, mas enquanto isso não ocorre é preciso ajudar

quem está no fundo do poço”, frisou Maguito. “É insensibilidade criticar o Fome Zero.”

O senador considerou a unificação dos programas de transferência de renda, com a criação de um cadastro único para o Bolsa-Família, grande avanço do governo. Ele lembrou que a meta é de ampliar o número de famílias beneficiadas para quatro milhões ainda neste ano, e que estão previstos investimentos de R\$ 5,3 bilhões no programa.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o pronunciamento e elogiaram a atuação do ex-secretário de Planejamento do governo de Maguito e ex-secretário de Política Urbana do governo anterior Ovídio de Angelis. Mão Santa afirmou que 35 municípios do seu estado estão em situação de calamidade pública por falta de água, e que os carros-pipa estão parados porque não há recursos federais para o seu pagamento.

## Lobão: governo ignora experiência anterior

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou que programas de erradicação da fome não levem em conta trabalhos desenvolvidos anteriormente, embora tenha elogiado a iniciativa atual do governo de unificar os projetos sociais. Lobão criticou o desconhecimento, por parte das autoridades, de trabalhos relevantes já desenvolvidos, citando, portanto, duas comissões parlamentares de inquérito da Câmara dos Deputados, em 1981 e em 1991, exatamente sobre a fome.

Lobão citou discurso que proferiu em 1995 sobre a segunda CPI, presidida pelo deputado Armando Costa e rela-

tada pela deputada Márcia Cibilis Viana, em que foram ouvidos cientistas e técnicos. No pronunciamento, o senador disse que a carência alimentar do brasileiro não se devia à falta de programas, mas, sim, ao fato de que nenhum deles logrou resolver o problema.

De acordo com o senador, as CPIs citadas concluíram que a cesta básica distribuída no país não prioriza alimentos nutritivos da agricultura brasileira e que a merenda escolar cria nas crianças hábitos estranhos a sua realidade, oferecendo-lhes pão de trigo importado, em vez do pão de milho nacional.

Lobão enumerou recomen-



José Cruz

**ALTERNATIVAS** Lobão comenta recomendações de CPI para solucionar problema da fome

dações da CPI, como a implantação de 200 agrovilas ao longo dos eixos rodoviários.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Paulo Paim e Mão Santa

## Informações úteis

### Coordenação Geral de Justiça, Classificação de Títulos e Qualificação – Ministério da Justiça

– classifica os programas, indicando idade mínima dos espectadores e horários de exibição  
Esplanada dos Ministérios, bl. "T" – 70712-902 – Brasília (DF)  
Tel: (61) 429-3330  
[www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

### Ministério das Comunicações

– administra as concessões de rádio e de televisão aberta, desde o processo licitatório até o seu funcionamento.  
Esplanada dos Ministérios, bl. "R" – 70044-900 – Brasília (DF)  
Tel: (61) 311-6000  
[www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br)

### Procuradoria Geral da República

– os Ministérios Públicos da União e dos estados são competentes para promover ações penais e zelar pelos direitos assegurados na Constituição  
Tel: (61) 3031-5100  
[www.pgr.mpf.gov.br](http://www.pgr.mpf.gov.br)

### Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

– produz estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações encaminhadas pelo Congresso Nacional, inclusive sobre a programação das emissoras de rádio e TV  
Tel: 0800 61-2211  
[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

### Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática do Senado

– examina os projetos relacionados ao tema  
Tel: 0800 61-2211  
[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

### Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

SCN, quadra 4 – bl. "B", sala 501  
70710-500 – Brasília (DF)  
Tel: (61) 327-4600  
[www.abert.org.br](http://www.abert.org.br)

### Conselho de Auto-Regulamentação da Propaganda (Conar)

– recebe denúncias sobre peças publicitárias  
Avenida Paulista, 2073 – 18º andar – Conjunto Nacional  
01311-940 – São Paulo (SP)  
Tel: (11) 3284-8880  
[www.conar.org.br](http://www.conar.org.br)

### Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

– congrega entidades da sociedade civil para discutir os problemas da área  
Tel: (51) 3328-1922 – ramal 223  
[www.fndc.org.br](http://www.fndc.org.br)

### TVER

– promove os direitos dos telespectadores  
[www.tver.org.br](http://www.tver.org.br)

### TV BEM – Instituto de Defesa do Telespectador

[www.tvbem.org.br](http://www.tvbem.org.br)

# CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 8 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 3 de novembro de 2003

## A programação da TV não está boa? Reclame!

Presente em 89,9% dos lares brasileiros, a televisão é o veículo de comunicação de maior influência sobre as pessoas. A qualidade da programação é tema permanente de discussão, principalmente devido ao impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes, que passam, em média, mais de três horas diárias em frente à telinha.

Sugestões e reclamações sobre o que é exibido pelas TVs têm motivado muitos cidadãos a telefonarem para o serviço 0800 do Senado e a escreverem para o **Jornal do Senado**. Nesta edição, o **Especial Cidadania** traz os órgãos que podem ser procurados pelo telespectador e os telefones e endereços das emissoras.

Os canais de televisão são um serviço público, ou seja, só podem funcionar após autorização do governo. Isso significa que as emissoras não são donas do canal, mas têm apenas permissão, que deve ser renovada a cada quinze anos, para explorar o serviço. Conforme a Constituição, a programação deve ter como princípio a educação, a arte, a cultura e a informação. Deve promover a cultura nacional e regional. E precisa respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Ao se sentir desrespeitado, o telespectador pode desligar o aparelho. Mas, além disso, deve cobrar das emissoras o cumprimento da Constituição.

No Congresso há projetos que

visam aprimorar a legislação e coibir os excessos das emissoras. Em análise pelo Conselho de Comunicação está o projeto (PLS 109/95), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que cria novas regras no licenciamento de rádio e TV. Na Câmara, discute-se o projeto (PLC 1.600/03), do deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), que cria o Código de Ética para a Programação Televisiva Brasileira, além de prever a divisão da programação em horários para adultos e crianças.

Para Orlando Fantazzini, "se o número de canais é limitado e se não é possível a qualquer cidadão se expressar pela televisão, então, pelo menos, que seja possível ao público avaliar como são usadas as concessões".

### Campanha contra a baixaria na TV

A campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania" é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com organizações da sociedade civil. Lançada em novembro do ano passado, tem como objetivo promover o respeito aos direitos humanos e a dignidade dos cidadãos nos programas de televisão. Além de receber denúncias dos telespectadores, avaliar a programação e publicar um ranking com os piores programas, a iniciativa mantém o site Ética na TV ([www.eticanatv.org.br](http://www.eticanatv.org.br)), que divulga informações sobre o assunto. A comissão já recebeu mais de 2.500 denúncias. Com base nas reclamações, o Ministério da Justiça solicitou à produção de três atrações televisivas que modifiquem os programas.

**Segundo a campanha, as formas mais comuns de desrespeito aos direitos humanos na mídia são:**

- Estímulo à violência e apologia e incitação ao crime
- Discriminação racial, de gênero, por religião e orientação sexual
- Desrespeito à privacidade e à intimidade
- Nudez e exploração da sexualidade
- Exposição de pessoas em situação humilhante
- Divulgação, sem autorização, de imagens de internos, incluindo menores, em instituições de privação de liberdade ou de tratamento de saúde, e de pessoas detidas pela polícia
- Acusações de crime sem provas ou antes da decisão final da Justiça

### Denúncias para a campanha

Comissão de Direitos Humanos  
Câmara dos Deputados  
Anexo II, Sala 185A  
70160-900 Brasília - DF  
Tel: 0800 61-9619, (61) 318-8284  
[cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br) ou [eticanatv@docline.com.br](mailto:eticanatv@docline.com.br)

## Como entrar em contato com as emissoras

### Rede Globo

Tel: (21) 2206-0949  
[www.redeglobo.com.br](http://www.redeglobo.com.br)  
[webmaster@redeglobo.com.br](mailto:webmaster@redeglobo.com.br)

### Rede Bandeirantes

Rua Radiantes, 13, Morumbi  
05699-900 – São Paulo (SP)  
Tel: (11) 3742-3011  
[www.redeband.com.br](http://www.redeband.com.br)  
[cat@band.com.br](mailto:cat@band.com.br)

### Rede Record

Rua da Várzea, 240, Barra Funda  
01140-080 – São Paulo (SP)  
Tel: (11) 3660-4000  
[www.rederecord.com.br](http://www.rederecord.com.br)

### Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)

Av. das Comunicações, 4, Vila Jaraguá  
06278-905 – Osasco (SP)  
Tel: (11) 3236-0111  
[www.sbt.com.br](http://www.sbt.com.br)

### Rede TV!

Rua Bahia, 205, Alphaville  
06465-110 – Barueri (SP)  
Tel: (11) 4166-7080  
[www.redeTV.com.br](http://www.redeTV.com.br)

### Central Nacional de Televisão (CNT)

Rua Francisco Caron, 29  
82120-200 – Curitiba (PR)  
Tel: (41) 338 3377 – ramal 444  
[www.cnt.com.br](http://www.cnt.com.br)  
[cnt@cnt.com.br](mailto:cnt@cnt.com.br)

### TV Cultura

Tel: (11) 3874-3273  
[www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br)  
[falecom@tvcultura.com.br](mailto:falecom@tvcultura.com.br)

### TVE Rede Brasil

Avenida Gomes Freire, 474  
2023-010 – Rio de Janeiro (RJ)  
Tel: (21) 3475-0012  
[www.tvebrasil.com.br](http://www.tvebrasil.com.br)

## Seminário discute democracia e comunicação

De 25 a 27 de novembro, a Sociedade de Cultura Dombali realizará, no Auditório Interlegis, do Senado, com apoio do senador Paulo Paim (PT-RS), o seminário internacional "Democracia e Comunicação – O Imperativo da Inclusão". Serão discutidos temas como concessões étnicas, as comunicações na sociedade democrática, ética no jornalismo, legislação e experiências de diversidade e inclusão. Inscrições, gratuitas, no site da Dombali: [www.dombali.org.br](http://www.dombali.org.br).